

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 19515.000368/2007-81  
**Recurso nº** 163.714 Voluntário  
**Acórdão nº** 2202-00.372 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 03 de fevereiro de 2010  
**Matéria** IRF  
**Recorrente** ROHR S.A. ESTRUTURAS TUBULARES  
**Recorrida** 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

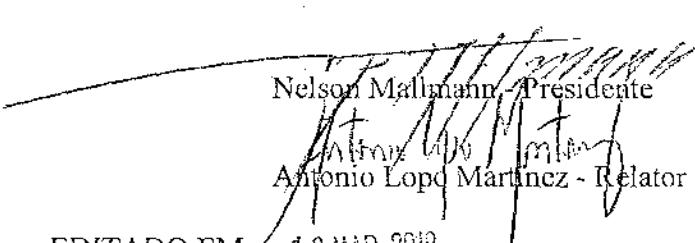
Ano-calendário: 2002

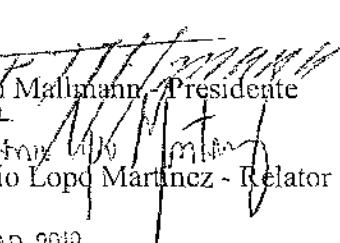
IRFONTE - DECADÊNCIA - Tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, o prazo de decadência para a constituição do crédito tributário é de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, a teor do artigo 150, parágrafo 4º, do CTN, salvo nas hipóteses de dolo, fraude ou simulação.

Argüição de decadência acolhida.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, acolher a argüição de decadência, suscitada pelo Recorrente, para declarar extinto o direito da Fazenda Nacional constituir o crédito tributário lançado, nos termos do voto do Relator.

  
Nelson Mallmann - Presidente

  
Antonio Lopo Martinez - Relator

EDITADO EM: 12 MAR 2010

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros: Antonio Lopo Martinez, Pedro Anan Júnior, Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, Helenilson Cunha Pontes, Gustavo Lian Haddad e Nelson Mallmann (Presidente).

## Relatório

Em desfavor da contribuinte, ROHR S.A. ESTRUTURAS TUBULARES, foi lavrado Auto de Infração relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (fls.26/28), em 16/02/07, em ação de revisão interna de pedidos de compensação através do processo nº. 10880.005252/2001-18.

Conforme Termo de Constatação(fls.21/22) elaborado pelo agente fiscal, parte integrante do Auto de Infração, houve compensação indevida de débitos no processo mencionado relativos aos seguintes códigos de Imposto de Renda Retido na Fonte: 0561-rendimentos do trabalho assalariado, no valor de R\$ 2.143,14; 3208; 3208-rendimentos de aluguéis e royalties, no valor de R\$ 14.786,51 e 5706-juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 135.000,00, todos com fato gerador ocorridos na primeira semana de janeiro de 2002 (05/01/2002), o que ensejaria o lançamento de ofício por não estarem confessados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais- DCTF.

Cientificada a empresa do Auto de Infração em 27/02/2007, requer sua nulidade e improcedência, protestando por todos os meios de prova admitidos em direito e posterior juntada de provas, mediante impugnação apresentada em 28/03/07(fls.35/50), onde, em resumo e substância, alega:

- *a falta de requisitos legais do auto de infração, em específico sua motivação legal e finalidade para a interposição de penalidade;*
- *que teria ocorrido a decadência do direito da Fazenda proceder ao lançamento por haver operado o prazo prescrito no § 5º do art.74 da Lei nº 9.430/96, bem como no art.23 da IN SRF 210/02, tendo assim expirado o direito da Fazenda de promuniciar-se a respeito;*
- *que o art.150, § 4º, do CTN impediria o lançamento do tributo por haver decorrido o prazo de 5 anos do fato gerador e estar definitivamente extinto o crédito tributário;*
- *que, por força do art.113, 156, inc.II, e art.170, todos do CTN, a extinção do principal faz extinguir também a multa e os juros correspondentes;*
- *que a impugnação apresentada suspende o crédito tributário impugnado nos termos do art.151, inc.III, do CTN;*
- *que os valores a serem compensados foram incluídos em DCTF retificadora.*

Em 17 de Agosto de 2007, os membros da 7ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de São Paulo proferiram Acórdão que, por unanimidade de votos, considerou procedente o lançamento, nos termos da ementa a seguir:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE-IRR**

*Ano-calendário: 2002*

### *DECADÊNCIA.*

*o Imposto de Renda Retido na Fonte insere-se no rol dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação. Entretanto, não ocorrido o pagamento do imposto, não há o que homologar, contando-se o prazo decadencial, nesse caso, na forma do art. 173, I, do CTN.*

### *COMPENSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO TÁCITA*

*O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo é de 5 anos, contado da data da entrega da declaração de compensação.*

### *DÉBITOS INFORMADOS EM COMPENSAÇÃO.*

*Débitos informados em pedidos de compensação anteriores à Lei nº 10.833/03 não se constituem em confissão de dívida. Verificando-se que se trata de compensação indevida de tributo ou contribuição, deve-se promover o lançamento de ofício do crédito tributário, sendo que eventuais impugnações e recursos suspendem sua exigibilidade.*

### *DCTF RETIFICADORA. ESPONTANEIDADE.*

*O início do procedimento fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação ao tributo, ao período e à matéria nele expressamente inseridos, e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas*

#### *Lançamento Procedente*

Cientificada em 5/09/2007, a contribuinte, se mostrando irresignada, apresentou, em 28/09/2007, o Recurso Voluntário, de fls. 130/133, reiterando as razões da sua impugnação, às quais já foram devidamente explicitadas anteriormente, particularmente, que teria ocorrido a decadência do direito da Fazenda proceder ao lançamento por haver operado o prazo prescrito no § 5º do art.74 da Lei nº 9.430/96, bem como no art.23 da IN SRF 210/02, tendo assim expirado o direito da Fazenda de pronunciar-se a respeito.

É o relatório.



## Voto

Conselheiro Antonio Lopo Martinez, Relator

O recurso está dotado dos pressupostos legais de admissibilidade devendo, portanto, ser conhecido.

Nos termos do artigo 150 do CTN, ocorre o lançamento por homologação quando a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

À autoridade tributária cabe (i) concordar, de forma expressa ou tácita, com o procedimento adotado pelo sujeito passivo; ou (ii) recusar a homologação, procedendo ao lançamento de ofício.

Nos termos do § 4º do artigo 150 do CTN, o prazo para que a autoridade competente proceda a alguma das posturas referidas no parágrafo anterior é de 5 (cinco) anos contados do fato gerador, salvo nas hipóteses de dolo, fraude ou simulação. Se a recusa à homologação não ocorrer nesse interregno de tempo considera-se tacitamente homologado o lançamento.

Para se determinar se ocorreu ou não a decadência no presente caso mister se faz identificar quando se materializou o fato gerador da obrigação tributária, para utilizar a tão criticada denominação do Código Tributário Nacional.

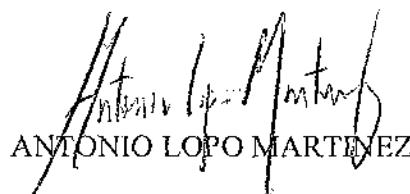
No caso do imposto de renda na fonte, o fato gerador do imposto se materializa com o pagamento ou crédito, pela fonte pagadora, do rendimento sujeito à retenção.

Em suma, a regra de incidência prevista na lei é que define a modalidade do lançamento. O lançamento do imposto de renda retido na fonte é por homologação, com fato gerador ocorrido na data do pagamento ao beneficiário. Para esse tipo de lançamento, o quinquênio do prazo decadencial tem seu início na data do fato gerador, na forma do art. 150, § 4º, do CTN, exceto se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, quando tem aplicação o art. 173, I, do CTN. O lançamento que não respeita o prazo decadencial na forma antes exposta deve ser considerado extinto pela decadência.

Como o recorrente teve ciência do auto de infração somente em 27/02/2007, os fatos geradores ocorridos antes de 27/02/2002 estavam abrangidos pela decadência, já que nesses períodos não foi caracterizada a hipótese de dolo, fraude ou simulação que implicaria o deslocamento do termo inicial da decadência para o art. 173, I do CTN.

Dessa forma, reconheço de ofício a ocorrência da decadência para todos os fatos geradores incluídos no lançamento e relativos a eventos ocorridos antes de 27/02/2002.

Ante ao exposto, voto por acolher a preliminar de decadência, e declarar extinto o crédito tributário.

  
ANTONIO LOPO MARTINEZ



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Processo nº: 19515.000368/2007-81  
Recurso nº: 163.714

TERMO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 81 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria Ministerial nº 256, de 22 de junho de 2009, intime-se o (a) Senhor (a) Procurador (a) Representante da Fazenda Nacional, credenciado junto à Segunda Câmara da Segunda Seção, a tomar ciência do Acórdão nº 2202-00.372.

Brasília/DF, 12 MAR 2010

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR  
Chefe da Secretaria  
Segunda Câmara da Segunda Seção

Ciente, com a observação abaixo:

- Apenas com Ciência  
 Com Recurso Especial  
 Com Embargos de Declaração

Data da ciência: -----/-----/-----

Procurador(a) da Fazenda Nacional